

## TERRITORIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Autor ( Lúgia Fernanda da Silveira Andrade); Orientador ( Marcelo Vianna da Costa)

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES, [nandafernanda\\_lg@hotmail.com](mailto:nandafernanda_lg@hotmail.com); [vianacostam@yahoo.com.br](mailto:vianacostam@yahoo.com.br))

**Introdução:** A atenção primária é o primeiro nível de atenção do SUS, a porta de entrada e o contato preferencial do usuário com o sistema e as redes de atenção (BRASIL, 2012). Nessa perspectiva, o processo de territorialização implica na reorientação de saberes e práticas no campo da saúde, que envolve desterritorializar os atuais saberes hegemônicos e práticas vigentes e consolidar o processo de planejamento em saúde. Haja visto, que compreender a dinâmica espacial de populações heterogêneas e singulares que comportam um espaço social repleto de iniquidades em saúde e desigualdade sociais, seja uma tarefa complexa e multidisciplinar para a produção social em saúde. O SUS se organiza a partir de uma base territorial e considera a territorialização como uma estratégia operacional que é inserida na ESF juntamente com a vigilância com o intuito de traçar metas e intervenções para efetivar as ações em saúde (SANTOS; RIGOTTO, 2011). O pressuposto primordial da territorialização enquanto processo de transformação sócio, político e cultural deve contemplar permanentemente as distintas dinâmicas que emergem de cada território. Entre essas dinâmicas, tem-se o surgimento de novos processos produtivos e tecnológicos, que são viabilizadores de numerosas possibilidades de geração de riscos e de ampliação de vulnerabilidades. Nessa perspectiva, a pesquisa apresenta como **objetivo geral** discutir a territorialização na atenção primária em saúde enquanto fundamento teórico, conceitual e metodológico no reconhecimento/identificação das necessidades sociais e de saúde.

**Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa de literatura que será conduzida pela abordagem qualitativa, como forma de sintetizar a produção do conhecimento relacionada ao processo de territorialização como marco teórico-conceitual e metodológico no reconhecimento/identificação das necessidades sociais e de saúde, que orienta o processo de planejamento das ações e políticas no âmbito da atenção básica. Para a seleção dos artigos realizou-se a busca nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) LILACS (Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e BVS ( Biblioteca Virtual em Saúde), Para o

levantamento dos artigos foram utilizados como descritores segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): território, planejamento, políticas de saúde e atenção básica. A pesquisa foi realizada pelos autores nos meses de Setembro e Outubro de 2017. Utilizou-se do cruzamento dos descritores: território, planejamento, políticas de saúde, atenção básica; os critérios de inclusão: artigos publicados entre os anos de 2010-2017, disponíveis, que retratem a realidade do Brasil, em português, artigos completos; Foram excluídos os artigos não encontrados na íntegra e/ou não disponíveis *on-line* e os publicados com data inferior a 2010. Com base nos artigos elencados foi realizado o processo de leitura na íntegra destes 12 artigos selecionados de acordo com a temática. Dessa forma, para auxiliar na análise dos artigos, elaborou-se um instrumento contendo os seguintes tópicos: identificação do artigo original, objetivo do estudo, método, periódico, resultados e conclusões. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e agrupados em quadro sinóptico, no qual puderam ser comparados e analisados detalhadamente quanto ao questionamento proposto, para posterior discussão **Resultados e discussão:** As produções analisadas proporcionaram tecer considerações e apresentações de resultados, as quais foram agrupadas em quadros sinóticos discutidos a partir dos objetivos dos estudos, métodos, periódicos, resultados e conclusões. De acordo com o exposto, dos 219 artigos encontrados nas três bases de dados utilizadas, 170 foram excluídos por distanciamento ao tema, 25 por serem duplicados, e 14 foram excluídos a partir do refinamento integral da pesquisa, restando apenas 10 artigos que se adequava aos critérios de inclusão e exclusão pré-determinados no estudo. Nessa perspectiva, dos dez artigos apenas um foi publicado em 2015, com predominância para a publicação de três artigos em 2011, logo nos anos de 2010, 2012, 2014 foram publicados dois artigos em cada ano.

**Tabela 1.** Publicações encontradas entre os anos de 2012 e 2016 segundo as bases de dados.

| Descritores | Scielo | Lilacs | BVS |
|-------------|--------|--------|-----|
|-------------|--------|--------|-----|

---

|            |    |    |     |
|------------|----|----|-----|
| Território | 18 | 67 | 134 |
|------------|----|----|-----|

**Planejamento**

**Políticas de saúde**

**Atenção Básica**

|                     |   |   |    |
|---------------------|---|---|----|
| Filtros Adicionados | 0 | 0 | 10 |
|---------------------|---|---|----|

---

No que tange o objetivo dos estudos, identificaram-se na amostra: cinco (50%) estudos com abordagem crítica sobre a territorialização na APS e na perspectiva da articulação entre território e o campo da saúde tem-se cinco (50%) estudos. No que refere-se ao método utilizado entre os autores foram identificados: quatro estudos a partir da revisão integrativa de literatura (40%), dois estudos utilizaram a análise documental para fins de pesquisa (20%), e os demais se conformaram da seguinte forma: um estudo avaliativo transversal (10%), um sobre revisão conceitual (10%), um estudo observacional (10%) e um sobre método cartográfico (10%). Dessa forma Em consonância com os resultados dos estudos evidencia-se que a territorialização da saúde busca redesenhar as bases territoriais do sistema de saúde brasileiro, no intuito de assegurar a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade de atenção , operando mudanças no modelo assistencial e nas práticas sanitárias vigentes. Nisso, corroborando com (HILLESHEIM; BERNARDES, 2014) perspectiva territorial, no âmbito do SUS, está relacionada à diretriz de descentralização, mediante a regionalização das ações e serviços de saúde e com vistas à expansão do acesso, uso racional de recursos, participação social e atenção às necessidades regionais. Entretanto, uma das críticas formuladas pelos autores é no sentido de que território é entendido de forma estanque, a partir da concepção de que este se constitui como uma área geográfica delimitada que compreende determinada população. Tal concepção não considera a dinâmica política, econômica ou social dos territórios, o fluxo das populações ou os fatores macroestruturais que condicionam a iniquidade. Contudo, observou-se de acordo com o estudo de (GADELHA *et al*, 2011) que a discussão de territorialização na APS ainda perpassa por inúmeros desafios necessitando alargá-la, transformá-la, potencializá-la e

mostrando suas limitações enquanto ferramenta fundamental para o planejamento ampliado das ações e serviços de saúde. É visualizado no estudo em questão que o processo de territorialização da saúde denota a ideia a partir da memória afetiva e familiar referente a dinâmica existente entre os diversos territórios, que em meio a essas operações espaciais e temporais, o território também comporta diversas narrativas, lembranças e esquecimentos, apreensões, sentidos, intenções e representações, em incessante busca de conciliar as múltiplas temporalidades num processo territorial multiescalar e repleto de multiterritorialidades. Enfim, não há como negar a contribuição do território que, entretanto, deve ser repensada em dimensão mais ampla, considerando-se a relação estabelecida com a população. Dessa forma, as ações em saúde vinculada a concepção da territorialização trouxeram o desenvolvimento de planejamentos embasados na dimensão ampliada de território, valorizando as mais variadas práticas em saúde, nos cosladas e nos valores culturais, bem como (re)organização do espaço, interferindo nas temporalidades estabelecidas e redefinindo as territorialidades exercidas. atual desenho da territorialização com vistas a uma melhor organização da assistência. Esse novo olhar deve ser pautado na percepção do território como processo dinâmico de relações e de expressão do processo saúde-doença. Há de se superar a lógica normativa de territorialização, pautada basicamente no número de pessoas por ACS, avançando na apropriação do território a partir de uma análise da situação de saúde ( JUNIOR *et al*, 2010). Constatou-se associar os avanços obtidos através da reorganização dos serviços de saúde com outras iniciativas que tenham por objetivo melhorar o espaço físico onde essa população está inserida. Tratam-se de ações essenciais à melhoria das condições de vida da população, visto que a existência de desordens físicas, tanto no ambiente físico natural quanto no construído pela ação humana, refletem a deterioração do espaço urbano e relacionam-se a piores condições de saúde **Conclusões:** Portanto, Cabe, assim, algumas considerações quanto a importancia da territorialização na APS com foco na dimensão territorial de forma ampliada e integral, visando contribuir para a reversão do quadro de iniquidades sociais e de saúde que circunda o ambiente da APS no Brasil.

**Palavras-Chave: Territorialização; Atenção Primária em Saúde; Território.**

**Referências:**

SANTOS, A.L; RIGOTTO, R.M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na Atenção Básica à Saúde . **Trab. Educ. Saúde**, v, 8. n. 3, p. 387-406, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política**

(83) 3322.3222  
contato@conidis.com.br  
**www.conidis.com.br**



**Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

HILLESHEIM, B; BERNARDES, A.G. Território e nomadismo: a saúde em questão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v , 66. n, 3, p 47-58, 2014.

GADELHA, C.A.G et al. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v, 16, n. 6, p. 3003-3016, 2011.

JUNIOR, E.E.S et al. Acessibilidade geográfica à atenção primária à saúde em distrito sanitário do município de Salvador, Bahia. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, v, 10 (Supl. 1): S49-S60, 2010.